
Performances da resistência: a estética de levantes a partir de episódio de racismo no Carrefour¹

Francine ALTHEMAN²

Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, SP

RESUMO

Partindo do pressuposto de que dispositivos podem ser concebidos como arranjos interacionais (BRAGA, 2020) que dispõem as ações e corpos de maneiras distintas no intuito de resolver problemas urgentes, analisamos como casos de violência extrema, que expõem vulnerabilidades organizacionais e sociais ligadas à injustiça, podem fomentar levantes e performances com foco na resistência. A partir da reflexão em torno de um caso de racismo envolvendo a rede de supermercados Carrefour, analisamos os arranjos posicionais elaborados produzidos pelas práticas de resistência a partir da narrativa de racismo e injúria, bem como as performances e estéticas que permeiam esses levantes dissensuais.

PALAVRAS-CHAVE: Performances da resistência; levantes; racismo; vulnerabilidades; arranjos posicionais.

1. Introdução

No dia 19 de novembro de 2020, um homem negro foi espancado até a morte em uma loja do supermercado Carrefour, em Porto Alegre (RS), por dois seguranças brancos que trabalhavam no local. A cena do espancamento foi gravada e o vídeo repercutiu nas redes sociais.

Nos dias seguintes, vários protestos aconteceram em diversas cidades do Brasil diante das lojas do Carrefour. O episódio foi considerado um caso de racismo e o supermercado teve sua marca associada a um ato extremamente violento e racista.

Embora o Carrefour tenha tentado mitigar a crise de imagem com uma série de medidas e ações, essas tentativas, a princípio, não conseguiram evitar o levante de pessoas indignadas com o acontecimento no mercado. Mesmo não sendo um caso isolado, outros casos parecidos, envolvendo perseguição e violência para com corpos negros, já haviam ocorrido em outros estabelecimentos do mesmo tipo e em outras localidades, esse caso tomou grandes proporções, entre outras razões, pela violência extrema, que levou à morte, e por ter acontecido na véspera do Dia da Consciência Negra. Como afirma Didi-

¹ Trabalho apresentado no GP Estéticas, Políticas do Corpo e Gêneros, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Comunicação Social pela UFMG, com a tese vencedora do Prêmio Compós de Teses 2021; Mestre em Comunicação na Contemporaneidade pela Faculdade Cásper Líbero e graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Unesp. Professora do curso de Jornalismo da ESPM-SP. E-mail: franaltheman@gmail.com.

Huberman (2016), o levante é uma composição de forças, cujo resultado é uma exclamação de afetos e de cólera. “O levante começa como um clamor, um grito. [...] murmúrio, rumor: logo uma exclamação, um grande clamor” (DIDI-HUBERMAN, 2016, p. 344).

A proposta deste artigo, portanto, é compreender os dispositivos comunicacionais que permeiam as performances e estéticas desses levantes a partir da reconstrução de cenas dissensuais, com foco nas relações de poder que permeiam o racismo estrutural, na violência intrínseca a esse jogo de biopoder, e nos arranjos disposicionais que se chocam com essas relações.

Para tanto, é necessário apreender os conceitos sobre reconstrução de cenas, proposto por Rancière, em inter-relação com os conceitos foucaultianos de dispositivo, biopolítica e relações de poder. Esta intersecção de aportes teóricos é uma aposta deste trabalho, desenvolvida no processo de pesquisa durante o doutorado, qual seja, o entrelaçamento entre as cenas e os dispositivos foucaultianos, que também fazem parte da reflexão construída pelo próprio Rancière, ainda que de maneira pouco tematizada.

2. Relações e dispositivos de poder envolvendo as organizações

A lógica das organizações está permeada por relações de poder, desde a hierarquização dentro da própria empresa, com culturas organizacionais verticais e sujeitos assumindo papéis de chefes ou subalternos. No sistema empresarial, o organograma prevê uma série de figuras que representam o poder, como o CEO, o diretor de cada área, o chefe de cada seção, o gerente, o subgerente, entre outras.

É importante pontuar que para Foucault ([1975] 2015; [1976] 2015; [1977] 2003; [1978] 2003), o poder tem uma dimensão relacional e comunicativa. As relações de poder não significam, a priori, um sistema de dominação exercido por uma pessoa ou por um grupo, cujos efeitos atravessam um corpo social inteiro.

Assim, para Foucault ([1976] 2015), o poder está em toda parte, porque provém de todos os lugares, é algo que circula, que funciona em cadeia. Mas essas pequenas relações de poder, mencionadas no trecho acima, sustentam a estrutura do Estado, porque essa estrutura enraíza os indivíduos por meio dessas pequenas táticas que engendram relações de poder. Desse modo, não se pode tomar o poder como fenômeno de dominação, nem o dividir entre aqueles que o possuem e aqueles que não o possuem.

Foucault ([1977] 2003) ainda ressalta que o poder não age em um único lugar, mas em lugares múltiplos, como na família, nas relações entre homens e mulheres, na exclusão de indivíduos oprimidos, ou na maneira como se trata os loucos e os prisioneiros. Pensando nas relações de poder como algo que permeia a sociedade, as organizações, locais de trabalho para a maioria das pessoas, também se configura como um lugar de poder, com métodos disciplinares para conter tanto empregadores como consumidores. Nesse sentido, o autor fala em micropoderes que atuam nas relações cotidianas e conclui que não há poder, mas sim relações de poder, efeitos e condições de outros processos (FOUCAULT, [1978] 2003).

Organizações com grande fluxo de consumidores em suas lojas, como é o caso dos supermercados, investem em dispositivos de poder para disciplinar ou conter os sujeitos que circulam pelas lojas. Os seguranças, normalmente contratados por empresas terceirizadas, representam esse papel disciplinar nas organizações. A lógica das organizações que mantém essa figura do segurança pode ser considerada um exemplo de método disciplinar.

O poder deve se exercer sobre indivíduos uma vez que eles constituem uma espécie de entidade biológica que deve ser levada em consideração, se quisermos utilizar essa população como máquina para produzir, produzir riquezas, bens, produzir outros indivíduos (FOUCAULT, [1981] 2012, p. 179).

Para Foucault ([1976] 2010; [1977] 2003) a polícia, ou o segurança, no caso das organizações, é algo que ultrapassa o aparelho repressivo do Estado, e está na interface da polícia com o poder, como dispositivo e instrumento do poder, atuando como controle social.

3. Reconstrução das cenas de dissenso

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, parte-se do pressuposto de que as cenas de levantes são acontecimentos que podem ser reconstruídos a posteriori, a partir do olhar para o dissenso e para a partilha do sensível.

Uma cena polêmica, no sentido utilizado por Rancière (2009, 2018), é composta de dois movimentos, sendo uma fabulação do tempo e do espaço nos quais os atores “aparecem” e se fazem ver e ouvir, e uma montagem operada por aquele que relata as singularidades que tornam a cena única, mas, ao mesmo tempo, conectada a vários

eventos e processos mais amplos. A cena, portanto, tem dois significados essenciais para Rancière que são os seguintes: ela é a síntese de seu método da igualdade e, ao mesmo tempo, o *locus* da constituição performática do sujeito político e da partilha política do sensível (ALTHEMAN, 2020).

O processo de reconstrução está permeado por cenas dentro de cenas, pelas teias discursivas que vão se entrelaçando, ou seja, é uma rede de feixes discursivos e comunicacionais que se entrelaçam na reconstrução da cena.

A cena é o encontro direto entre o mais particular e o mais universal. Nesse sentido, é o exato oposto da generalidade estatística. [...] Eu construo a cena como uma pequena máquina na qual o máximo número de sentidos pode ser condensado em torno de uma questão central, que é a questão da partilha do mundo sensível. A partir dessa base construo a cena e a considero como tal, como função de sua capacidade de desafiar todos os conceitos ou discursos, todas as ficções que lidam com as mesmas questões, ou seja, qual relação existe entre o fato de ter ou não ter tempo, e o fato de ser capaz ou não de pensar (RANCIÈRE, 2016, p.74).

A experiência e o acontecimento que reconstrói as cenas de insurgência se configuram também por meio das imagens, mas não são imagens quaisquer. São as imagens produzidas durante o ato da disputa política. São imagens conflituosas, performáticas, em que aquele que fotografa também é um manifestante. Desse modo, ao se colocar no meio da resistência política com a câmera (normalmente o celular), o corpo político se configura numa força e numa ação de reconfiguração acerca da qual tenta-se compreender, sob o viés comunicacional, alguns aspectos centrais.

Rancière também procura enfatizar que os arranjos tentativos que buscam (no dispositivo de causalidade) neutralizar as resistências nas imagens podem ser abalados pela emergência da figuração. Ao contrário da representação pautada pela causalidade determinística, a figuração “é um sistema de relações entre semelhança e dessemelhança que põe em jogo vários tipos de intolerável” (Rancière, 2012, p.93). Assim, o dispositivo figurativo e interacional criado pelos insurgentes questiona o tipo de representação visual que atesta iconicamente a precariedade e a vulnerabilidade como fracasso, ou seja, os manifestantes fazem das próprias imagens a performatividade para uma ação política dissensual.

Essa constelação pode ser justamente pensada como um dispositivo definido por Foucault como o resultado de arranjos criados para responder a uma urgência e por Braga como arranjos disposicionais que criam situações interacionais e nelas se redefinem.

4. Arranjos disposicionais nas performances de insurgências

Em seus estudos, José Luiz Braga se propõe a investigar o conceito de dispositivo de Foucault, aprofundando seu desenvolvimento para os estudos da comunicação. Braga (2018) contextualiza o conceito, com base na entrevista de Foucault publicada na revista *Ornicar* (1977) e em outros textos, e também tensiona o dispositivo para derivar possibilidades de estudos de processos de comunicação. Braga (2018), nesse estudo, chega ao conceito de arranjos disposicionais, demonstrando que a lógica do dispositivo é de natureza comunicacional.

Os arranjos estão sempre presentes, transversalmente a outras ordens de objetivação social, distintos ou imbricados, singularizados em seus objetivos específicos. Há, portanto, uma grande diversidade de microdispositivos, que se referem, em composições variadas, àqueles macroagenciamentos de ordem comunicacional (BRAGA, 2018, p. 89).

Na perspectiva de Braga (2018, 2020), o modelo proposto por Foucault não se concentra no dispositivo pronto, mas sim no “processo estratégico continuado” (2018, p. 90), que se revela na pesquisa. É por isso que Braga adota o termo arranjos disposicionais, para diferenciá-lo do dispositivo pronto, afastando-se dessa expressão que engessa o conceito.

Se os arranjos, as lógicas do jogo (com seus objetivos, suas regras de funcionamento e suas táticas de ajuste) são a dinâmica central do dispositivo – e aqui, de qualquer dispositivo social assumido na lógica do modelo foucaultiano -, *então devemos perceber a centralidade da comunicação em todo e qualquer processo social*. Arranjos disposicionais são, *em si mesmos*, exercícios práticos da potencialidade comunicacional do ser humano (BRAGA, 2018, p. 90).

O que interessa a Braga (2020), portanto, é a lógica interacional do dispositivo. Para o autor, é fácil perceber a correlação entre a perspectiva do dispositivo interacional com a dinâmica dos processos comunicacionais, que nada mais são que elementos compartilhados, dinâmicas de experimentação e tentativa, gerando urgências e desafios que completam a articulação e os tensionamentos em torno dos processos comunicacionais.

Onde haja interação, encontramos dispositivos em ação, experimentação, em ajustes diversificados. A palavra não me serve, então, como categoria de objetos que, por se inscreverem nesta, possam ser classificados e explicados. Serve antes, em visada comunicacional, pela possibilidade de examinar quaisquer arranjos por essa analítica, essa heurística – e esquadrihar suas lógicas internas e relações com contextos (BRAGA, 2020, p. 19-20).

Os desdobramentos comunicacionais provenientes das imagens veiculadas sobre o levante que aconteceu a partir do caso da morte de Beto na loja do Carrefour podem ser consideradas acontecimentos nos quais a experimentação requer novos arranjos entre corpos, fazeres, dizeres e gestos, os quais podem dar origem a “dispositivos interacionais” (BRAGA, 2018, 2020), que nascem dessa urgência de elaborar uma resposta, a partir de estratégias diversas, às imposições de poder e ao autoritarismo.

Esses arranjos são analisados também neste trabalho, a partir das manifestações que aconteceram após a morte de um homem negro em uma loja do Carrefour em Porto Alegre. Tal acontecimento foi considerado um caso de racismo, já que um homem negro foi espancado até a morte por dois seguranças brancos. Dessa forma, é importante compreender as questões relacionadas ao racismo que permeiam esse acontecimento.

5. O racismo e a violência no caso Carrefour

No dia 19 de novembro de 2020, José Alberto Freitas, conhecido como Beto, um homem negro de 40 anos, foi assassinado em uma loja do supermercado Carrefour, em Porto Alegre (RS)³. Na véspera do Dia da Consciência Negra, Beto foi espancado até a morte por dois seguranças da loja, ato que foi testemunhado por uma funcionária do supermercado. A cena do espancamento – extremamente forte – foi filmada, postada em redes sociais e rapidamente se espalhou.

Um dos envolvidos no espancamento era um policial militar de 24 anos e o outro, um segurança de 30 anos, ambos indivíduos brancos e contratados pela empresa Vector, terceirizada que prestava serviço àquela loja do Carrefour. Eles tiveram a prisão preventiva decretada pela Justiça e respondem por homicídio triplamente qualificado⁴.

³ CAMARGO, Cristina; SPERB, Paula. *Homem negro morre após ser espancado por seguranças do Carrefour em Porto Alegre*. Folha de S. Paulo (on-line), 20 de novembro de 2020. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/11/homem-negro-morre-apos-ser-espancado-por-seguranças-do-carrefour-em-porto-alegre.shtml>>. Acesso em 12/03/2021.

⁴ BORGES, Waleska. *Ato lembra um mês da morte de Beto Freitas em hipermercado de Porto Alegre*. Folha de S. Paulo (on-line), 20 de dezembro de 2020. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/12/ato-lembra-um-mes-da-morte-de-beto-freitas-em-hipermercado-de-porto-alegre.shtml>>. Acesso em 12/03/2021.

A rede de supermercados já tem em seu histórico outros casos de crimes contra a integridade física de pessoas negras, assim como casos de homofobia e violência contra animais. São 10 crimes registrados em 11 anos⁵.

É importante lembrar que esse não é um caso isolado que envolve racismo e violência cometida por seguranças em supermercados. Em fevereiro de 2019, um jovem negro de 19 anos foi sufocado por um segurança em um supermercado Extra na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro⁶. O jovem era dependente químico, teve um surto e foi imobilizado pelo segurança, que o sufocou até o garoto ter uma parada cardiorrespiratória. Sete meses depois, um adolescente negro foi torturado por seguranças do supermercado Ricoy, na zona sul de São Paulo. Esses são casos que se tornaram públicos, expondo as empresas a uma crise de imagem, mas sabe-se que muitos desses casos acontecem de forma velada e não chegam ao conhecimento público.

O fato de esses episódios serem recorrentes e sempre terem como vítima uma pessoa negra mostra como é importante refletir sobre as relações organizacionais para além da cultura interna e das hierarquias estabelecidas nessas empresas.

Os seguranças dentro de uma loja de supermercado representam a figura policial. Não é raro que esse sujeito seja ou tenha sido um policial. Normalmente não são funcionários da empresa em que atuam, mas sim de uma terceirizada, que fornece esse tipo de serviço. Cabe questionar, portanto, qual é o tipo de preparação ou treinamento que os seguranças recebem, pois pode-se refletir se existe alguma inserção desse profissional na cultura organizacional da empresa em que ele vai atuar efetivamente.

Nesse papel, os seguranças representam um dispositivo de poder, que tenta disciplinar e submeter os corpos ao controle, mesmo que isso não fique evidente para o consumidor, que pode, em alguns casos, se sentir até protegido pela presença do segurança. No entanto, se o consumidor for negro, pobre ou um morador de rua, o dispositivo de poder os submete à humilhação ou até mesmo à coerção.

Além da revolta que se instaurou nas redes sociais contra o Grupo Carrefour, protestos eclodiram em diversas cidades do país (Fig. 1 a 3). Em Porto Alegre, as manifestações aconteceram em frente à loja onde o assassinato ocorreu. Em São Paulo, a

⁵ PATROCÍNIO, Patrícia. *Case Carrefour: o que não fazer no gerenciamento de crises*. Mercadizar (on-line), 2 de dezembro de 2020. Disponível em <<https://mercadizar.com/noticias/case-carrefour-o-que-nao-fazer-no-gerenciamento-de-criises/>>. Acesso em 12/03/2021.

⁶ BARBON, Júlia. *Jovem morre após ser imobilizado por segurança em supermercado no Rio*. Folha de S. Paulo (on-line), 15 de fevereiro de 2019. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/02/jovem-morre-apos-ser-imobilizado-por-seguranca-em-supermercado-no-rio.shtml>>. Acesso em 12/03/2021.

Marcha da Consciência Negra pediu justiça pela morte de João Alberto na Avenida Paulista. No final do protesto, manifestantes destruíram a fachada do Carrefour na Rua Pamplona, entraram no local, quebraram produtos e chagaram a atear fogo no interior da loja (Fig. 3).

Figura 1 – Protesto em loja do Carrefour em Brasília



Fonte: *Poder 360*, 2020 – foto de Sérgio Lima⁷

Da mesma forma que o biopoder se manifesta na forma policial, representada pelos seguranças que espancaram Beto Freitas, são essas relações de poder que também provocam a resistência (FOUCAULT, [1977] 2003).

Quero dizer que as relações de poder suscitam necessariamente, apela a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que o domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência (FOUCAULT, [1977] 2003, p. 232).

O poder daquele que domina, manifestado na cena do espancamento sob a forma de polícia, aumenta a força, a agressão, a violência, conforme mais enraizadas forem as resistências. O poder é expressamente constituído por uma dimensão relacional e comunicativa. Essas relações que envolvem a violência, o ódio, que tentam submeter o outro, muitas vezes alimentam a invenção, a potência do devir e a resistência.

A imagem que mostra um homem negro estendido no chão do supermercado (Fig. 1), numa clara alusão a Beto, com ativistas atrás segurando cartazes com pessoas que são representativas do movimento negro, como Luiz Gama, Milton Nascimento, Lecy

⁷ LIMA, Sérgio. *Loja do Carrefour em Brasília é palco de protesto depois da morte de Beto*. Poder 360 (on-line), 20 de novembro de 2020. Disponível em < <https://www.poder360.com.br/brasil/loja-do-carrefour-em-brasilia-e-palco-de-protesto-por-morte-de-homem-negro/>>. Acesso em 01/08/2021.

Brandão, entre outros, deixa entrever como as relações de poder não estão apenas entrelaçadas no punitivismo das prisões, mas na própria existência dos indivíduos, em seu cotidiano. “Elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais” (FOUCAULT, [1975] 2014, p. 29.) O importante a se destacar é que existe uma dominação política sobre os corpos desde o nascimento, disciplinando o corpo para ser obediente e submisso, para que o sujeito exerça a sua utilidade econômica como mão de obra.

As performances dos levantes em torno do caso da morte de Beto mostram como a disciplina é uma importante ferramenta nesse processo de docilização dos corpos, que faz com que os sujeitos se comportem e obedeçam para se articular uma mecânica do poder que adentra os corpos submissos e, ao mesmo tempo, os torna produtivos.

Uma “anatomia política”, que também é igualmente uma ‘mecânica do poder’, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) (FOUCAULT, [1975] 2014, p. 135).

Para Foucault ([1975] 2014), a dominação vai além da disciplina e também perpassa o poder a partir de um viés punitivista. O corpo condenado é visto como um corpo subversivo ao poder e merece assim punições que lhe afligem tanto o corpo como a alma, sempre sob intensa vigilância.

Trata-se de recolocar as técnicas punitivas - quer elas se apossam do corpo no ritual dos suplícios, quer se dirijam à alma - na história desse corpo político. Considerar as práticas penais mais como um capítulo da anatomia política do que uma consequência das teorias jurídicas (FOUCAULT, [1975] 2014, p. 21).

Nesse sentido, compreende-se que as técnicas punitivas encontram, com maior frequência, os corpos negros e essa lógica tem a ver com uma relação colonial concentrada no biopoder. “A raça é, mais uma vez, crucial para esse encadeamento” (MBEMBE, 2018a, p. 31).

Mbembe (2018a) pontua que a marginalização da relação entre colonizador e colonizado permite que haja uma animalização do negro, que pode sofrer todo e qualquer

tipo de violência, tendo em vista que não é considerado um ser humano. “Neste caso, a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é” (MBEMBE, 2018a, p.41).

Ao pensar nas relações de poder que permeiam a sociedade brasileira, que se perpetuam desde a colonização, os imaginários culturais e sociais criados por colonizadores se mantêm, reforçando o negro como inimigo e como ser que é passivo ao encadeamento de poderes disciplinares, biopolíticos e necropolíticos. “A combinação dos três possibilita ao poder colonial a dominação absoluta sobre os habitantes do território ocupado” (MBEMBE, 2018a, p. 48). Nesse sentido, os seguranças armados e uniformizados que ‘protegem’ o supermercado Carrefour não deixam de promover a militarização do espaço, promovendo o dispositivo de poder e a disciplina.

Figura 2 – Manifestantes em frente a uma loja do Carrefour



Fonte: *El País Brasil*, 2020 – foto de Adriano Machado (Reuters)⁸

Esse dispositivo de poder normalmente persegue os corpos negros. Não são raras histórias de homens e mulheres negras que foram vigiados de perto em lojas de roupas, ou mesmo nos supermercados, pelos seguranças desconfiados. Tais condutas podem chegar ao extremo, quando os seguranças resolvem abordar de forma violenta o sujeito negro, como no caso que analisamos neste artigo. O filósofo Sílvio Almeida (2019) explica, em seu livro *Racismo Estrutural*, o que são os conceitos que atravessam esse tipo de abordagem.

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de

⁸ MACHADO, Adriano. *Morte de homem negro espancado em mercado de Porto Alegre provoca comoção e protestos pelo Brasil*. *El País Brasil* (on-line), 21 de novembro de 2020. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2020/11/20/album/1605892940_651644.html#foto_gal_1>. Acesso em 01/08/2021.

práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem (ALMEIDA, 2019, ebook n.p.).

Para o autor, o racismo é sempre estrutural, porque não se pode limitar o olhar apenas para os aspectos superficiais que produzem o racismo. Ele é um processo histórico. Almeida (2019) também menciona o racismo institucional, que serve para manter uma hegemonia do grupo racial dominante no poder, ou seja, nas instituições públicas que detêm o poder. Seria a existência de regras e padrões de conduta que dificultam a ascensão de negros ou mulheres aos lugares de poder. Com relação ao racismo estrutural, Almeida (2019) afirma:

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. [...] Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas (ALMEIDA, 2019, ebook n.p.).

Para romper com esse ciclo, Mbembe (2018b) compreende que é necessário produzir uma crítica da razão negra que seria uma forma de inventar novas semânticas e imaginários de maneira a fazer variar os “rituais” que visam controlar o discurso para o sistema de relações de poder mantenha a dicotomia brancos e negros, e que estes sejam assujeitados pelo sistema. Seria uma racionalidade capaz de interromper a formação de um discurso que imprime uma interdição ao povo negro e coloca-os em uma condição subalterna, muitas vezes como não sujeito.

Judith Butler, Zeynep Gambetti e Leticia Sabsaye (2016) nos instigam a ver que vulnerabilidades não imobilizam e nem destituem os sujeitos de ação e autonomia. Segundo elas, quando lutas políticas emergem para se opor a condições de desigualdade, os sujeitos mobilizam a precariedade e a exposição pública de seus corpos, mesmo quando essa exposição se faz sob um risco de morte. Isso não significa que a vulnerabilidade é convertida em resistência, a ponto da força triunfar sobre a vulnerabilidade. Força não é o oposto de vulnerabilidade e isso se torna claro quando a própria vulnerabilidade é mobilizada em conjunto, e não como estratégia individual. As autoras sustentam que uma coletividade e uma pluralidade são colocadas em comum através da performatividade e da interdependência negociadas em alianças, articulações,

colaborações e lutas por reconhecimento em processos de subjetivação política, como vemos na Figura 2, com o protagonismo de uma mulher negra, braço em riste, segurando a figura de outra mulher negra brasileira que tem uma representação importante para a sociedade brasileira, Carolina Maria de Jesus.

A performance do levante que vemos nessa imagem é o que Butler (2018) sustenta de que, apesar de uma instituição exercer hierarquicamente força disciplinar e de controle sobre os sujeitos, os públicos e seus respectivos comportamentos e posicionamentos, ela não anula processos de subjetivação e de construção da autonomia configurados nas interações comunicativas. Por isso, é importante destacar que a governamentalidade biopolítica também é acompanhada pela possibilidade de resistência e, diante dela, “o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força e astúcia, quanto maior for a resistência” (FOUCAULT, [1977] 2003, p. 232).

Figura 3 – Carrefour da Rua Pamplona, em São Paulo



Fonte: *Folha de S. Paulo*, 2020 – foto de Danilo Verpa⁹

Ao analisar a sublevação dos manifestantes no Dia da Consciência Negra, que entraram numa loja do Carrefour em São Paulo, quebraram produtos, derrubaram prateleiras e atearam fogo em algumas gôndolas, sendo chamados de vândalos e baderneiros pelos veículos de comunicação mais conservadores, é importante retomar aqui a reflexão de Butler, inspirada em Foucault, sobre a revolta para caracterizar os levantes contemporâneos e suas biopotências afetivas, corpóreas, articuladoras, fluidas e minoritárias:

⁹ CAMARGO, Cristina; SPERB, Paula. Homem negro morre após ser espancado por seguranças do Carrefour em Porto Alegre. *Folha de S. Paulo* (on-line), 20 de novembro de 2020. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/11/homem-negro-morre-apos-ser-espancado-por-seguranças-do-carrefour-em-porto-alegre.shtml>>. Acesso em 01/08/2021.

Nos sublevamos com uma certa energia, uma certa força, uma intenção física e visceral que não é somente a nossa, mas partilhada – com uma determinação transitiva que emerge de uma condição comum de sofrimento enfrentada por muito tempo. Os sujeitos que se sublevam foram excluídos, negados, rebaixados, mas, no momento em que se sublevam, tiram força uns dos outros, da própria aliança, fruto de uma recusa comum de algo considerado intolerável e injusto, emergindo sob a forma de um corpo político (BUTLER, 2016, p.25).

A subjetivação política depende do reconhecimento conflitual de uma forma de vida de possa garantir a escuta aos apelos dos outros num jogo de enunciação e de invenção de cenas (MAFRA; MARQUES, 2015) nas quais as palavras se tornem audíveis e os sujeitos reconhecidos: operações de criação, de fabulação pelo trabalho com a linguagem, que trazem a possibilidade de resistência contra a reprodução e o governo dos modos de vida e dos comportamentos. A definição do que é uma vida humana e do que conta como vida está no centro dos embates contemporâneos. Não é possível subestimar as potencialidades, táticas, realizações, imaginários e solidariedades que permitem aos sobreviventes escaparem dos constrangimentos que pesam sobre eles.

6. Algumas considerações

A dimensão coletiva do processo de subjetivação política que surge da tensão entre as técnicas de governo e as técnicas de si implica, em suma, delimitar, fazer aparecer e tematizar vulnerabilidades ligadas ao modo como sujeitos, normas, temporalidades e ações se tornam legíveis e reconhecíveis em um dado contexto e situação. Isso mostra que vulnerabilidades são construídas, modeladas, alteradas e, algumas vezes, superadas. Elas são produzidas socialmente e situacionalmente junto com quadros e enquadres morais de valor que reforçam normas e apagam diferenças (BUTLER, 2018).

De um lado, enquadramentos moralmente aceitáveis conferem visibilidade, respeitabilidade e reconhecimento; de outro, operações de questionamento desses enquadramentos são responsáveis por evitar a total dissolução do infamiliar dentro do familiar. Além disso, se os enquadramentos permanecem inquestionáveis, os sujeitos tendem a perder a autoridade sobre sua autonomia narrativa, permitindo que alguém passe a contar suas histórias e experiências.

Nesse contexto, é possível retomar Didi-Huberman (2019) e a concepção que caracteriza os levantes como fluxos e refluxos das ondas da história, segundo a qual

[...] a própria história seria uma história de ondas, com uma estrutura de retornos periódicos (o primeiro sentido da palavra “revolução”) e com rupturas no equilíbrio, suas catástrofes transitórias (o segundo sentido da palavra “revolução”). É preciso reconhecer, na história política e social, uma verdadeira “tradição revolucionária”, cadenciada pelo fluxo de vozes que bradam e pelo refluxo de silêncios contidos, de situações que se tornam a lei e crises que se tornam a exceção (DIDI-HUBERMAN, 2019, p.124).

Resistir, portanto, é experienciar uma transformação. Existe uma experiência frequentemente intensa associada à resistência, que é a experiência da recusa e da desobediência. E é essa experiência que constantemente permeia a existência do povo negro, que continua resistindo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALTHEMAN, Francine. **Cenas de dissenso, arranjos disposicionais e experiências insurgentes**. Processos comunicativos e políticos em torno da resistência secundarista. Orientadora: Profa. Dra. Ângela Cristina Salgueiro Marques. 2020. Tese. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Belo Horizonte (MG), UFMG, 2020.

BRAGA, José Luiz. Interagindo com Foucault. Os arranjos disposicionais e a Comunicação. **Questões Transversais – Revista de Epistemologia da Comunicação**, Vol. 6, nº 12, p. 81-91, jul-dez 2018.

BRAGA, José Luiz. **Uma conversa sobre dispositivos**. Belo Horizonte (MG): PPGCOM/UFMG, 2020.

BUTLER, Judith. Soulevèment, In: DIDI-HUBERMAN, Georges. **Soulèvements**. Paris : Gallimard, Jeu de Paume, 2016, p.23-37.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J.; GAMBETTI, Z.; SABSAY, L. **Vulnerability in resistance**. Duke: University Press, 2016.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Soulèvements**. Paris: Jeu de Paume, Gallimard, 2016.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Ondas, torrentes e barricadas. **Serrote**, nº 33, p. 115-143, 2019.

FOUCAULT, Michel. Le jeu de Michel Foucault. Entrevista dada à revista Ornicar. In: **Dits et Écrits**, v.3, [1977], 1994, p.194-228.

FOUCAULT, Michel. Poder e Saber. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1977] 2003, p. 223-240.

FOUCAULT, Michel. Diálogo sobre o Poder. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1978] 2003, p. 253-266.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, [1976] 2010.

FOUCAULT, Michel. As malhas do poder (conferência). In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Ditos e escritos VIII: segurança, penalidade e prisão**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1981] 2012. p. 168-188.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Nascimento da prisão. Petrópolis (RJ): Vozes, [1975] 2014.

FOUCAULT, Michel. Sobre a prisão. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1975] 2015, p. 213-233.

FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1976] 2015, p. 278-295.

MAFRA, Rennan; MARQUES, Ângela. Diálogo e organizações: cenas de dissenso e públicos como acontecimento. In: MARQUES, A.; OLIVEIRA, Ivone de Lourdes. (orgs.). **Comunicação Organizacional: dimensões epistemológicas e discursivas**. Belo Horizonte: Fafich/ UFMG, 2015, p.185-193.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo, n-1 edições, 2018a.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018b.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: Estética e política**. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. **O Espectador Emancipado**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **The method of equality**. Interviews with Laurent Jeanpierre and Dork Zabunyan. Cambridge: Polity Press, 2016.

RANCIÈRE, Jacques. **Le méthode de la scène**. Entretien avec Adnen Jdey. Paris: Lignes, 2018.